



ISSN 1984-5634

DAS MÃOS QUE AMAINAM O GADO E LAVRAM A TERRA: ESCRavidÃO, POPULAÇÃO E TRABALHO EM VIAMÃO (1741-1759)¹

From the hands that take care of the cattle and plow the land: slavery, population and labor in Viamão (1741-1759)

MÁRCIO BLANCO RAZZERA²

RESUMO

O presente artigo trata sobre a importância da mão de obra escrava para os primórdios da colonização portuguesa no Rio Grande de São Pedro. Para tal, traça um panorama da população e força de trabalho em Viamão. Nas décadas de 1740 e 1750, a freguesia passou por um crescimento demográfico e se inseriu na economia colonial. Embora fosse concomitante o uso da mão de obra de escravizados, indígenas e livres, evidenciase o predomínio de trabalhadores do primeiro grupo, divergindo de alguns estudos clássicos sobre o Rio Grande do Sul escravista. A documentação utilizada consiste nos *róis de confessados*, complementados por registros de batismo e matrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho escravo; migração; população colonial.

ABSTRACT

This article deals with the importance of slave labor for the beginning of Portuguese colonization in Rio Grande de São Pedro. For this, provides an overview of the population and forcework in Viamão. In the 1740s and 1750s, the parish underwent demographic growth and entered the colonial economy. Although the use of slave, indigenous and free labor was concomitant, the predominance of workers from the first group is evident, diverging from some classic studies on slave-holding Rio Grande do Sul. The documentations are *róis de confessados*, complemented by baptism and marriage records.

KEYWORDS: slavery; migration; colonial population.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 14/06/2020

ACEITO: 14/01/2022

COMO CITAR:

RAZZERA, M. B. Das mãos que amainam o gado e lavram a terra: escravidão, população e trabalho em Viamão (1741-1759). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 280-297, jun.-set. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ O presente artigo é parte do capítulo 2 de minha dissertação de mestrado, que contou com bolsa do CNPq. Recentemente, alguns dados foram sucintamente mencionados em outras publicações com o objetivo de contextualizar a freguesia para discussões qualitativas acerca de trajetórias pessoais e vivências familiares de escravizados e indígenas. Ver: RAZZERA, 2022a, 2022b, 2021; BLANCO, 2012.

² Possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi membro do grupo *Os governadores da fronteira: Colônia de Sacramento e Rio Grande de São Pedro (1680-1808)*, liderado pelo Prof. Dr. Fábio Kühn. Orcid: 0009-0008-9211-2662. E-mail: marciomunhozblanco@gmail.com

Os territórios do Brasil meridional foram disputados por Portugal e Espanha ao longo do século XVIII. A colonização portuguesa no Rio Grande de São Pedro iniciou-se a partir de dois núcleos: a fortificação de Rio Grande, ao sul, e Viamão, ao norte, que receberam migrantes oriundos de diversas localidades. Os primeiros requerentes de sesmarias que se fixaram na região interessavam-se pelo apresamento de gado selvagem e na montagem de estâncias. Estas unidades produtivas colaboravam para o abastecimento da região mineradora, integrando economicamente as paragens do sul e as capitanias do sudeste e, de forma secundária, exportavam produtos úteis para a nascente indústria europeia, a exemplo do couro. Em fins do século iniciou-se a produção de charque, que seria o principal produto rio-grandense nos oitocentos. (BLANCO, 2012; SANTOS, 2007; KÜHN, 2006; HAMEISTER, 2002).

A década de 1750 foi emblemática para a expansão territorial lusitana na América meridional. O Tratado de Madri redefiniu os limites entre as coroas ibéricas – determinando que Portugal cederia a Colônia de Sacramento em troca dos Sete Povos das Missões – e foi a causa do levante indígena conhecido como Guerra Guaranítica. São desta década as medidas pombalinas que modificaram o estatuto jurídico das populações nativas – *Lei de liberdade dos índios* e o *Diretório dos índios* – e as campanhas que procuraram atrair migrantes para garantir a posse efetiva das novas terras. Esta política metropolitana de povoamento teve como alvo os indígenas dos domínios espanhóis e também açorianos que seriam posteriormente transferidos para a região das missões (DIEHL, 2016; GARCIA, 2007).

Todas as correntes migratórias do período se fizeram presentes em Viamão. Elevada à freguesia³ em 1747, a localidade vivenciou um expressivo crescimento demográfico que, anos mais tarde, originou diversas paróquias, como Triunfo (1756) e Porto Alegre (1772), entre outras (KÜHN, 2006, p. 103-115). O alto percentual de escravizados em Viamão vem sendo apontado por alguns historiadores (RAZZERA, 2022b; AQUINO, 2019; DIEHL, 2016; BLANCO, 2012; KÜHN, 2006). Assim, o presente artigo trata sobre a mão de obra no estabelecimento do sistema agropecuário no Rio Grande de São Pedro. A problemática principal é saber qual foi a importância do trabalho escravo em Viamão durante os mencionados eventos. Para tal, é preciso dimensionar a presença escrava e caracterizar as transformações demográficas, bem como o uso da mão de obra em Viamão nas décadas de 1740 e 1750.

³ Nos primórdios da colonização portuguesa, os chamados Campos de Viamão correspondiam à porção nordeste do atual Rio Grande do Sul, embora a ocupação fosse mais restrita. A partir dos rios indicados nos róis de confessados pode-se supor que a área ocupada equivallesse, aproximadamente, à atual região metropolitana de Porto Alegre (BLANCO, 2012).

NOVAS SOLUÇÕES PARA ANTIGAS QUESTÕES

Alguns estudos, com distintas matrizes teóricas, realizados entre as décadas de 1960 e 1980 fizeram breves considerações a respeito da escravidão e trabalho em Viamão. Segundo Fernando Henrique Cardoso, no período de formação socioeconômica do Rio Grande do Sul não haveria concentração da propriedade escrava, em especial nas mãos dos “agricultores poderosos”. Na “zona velha”, isto é, Campos de Viamão, em meados e na segunda metade do século XVIII, tanto criadores quanto lavradores originários de Laguna e Açores valer-se-iam “do trabalho próprio e do trabalho de agregados, com algum auxílio de escravos”. Somente com as charqueadas - desenvolvidas a partir das últimas décadas dos setecentos - a exploração da força de trabalho escrava teria tornado-se regular e intensa (CARDOSO, 1977, p. 45-82). Já Guilhermino Cesar ressaltou que as primeiras estâncias dos Campos de Viamão empregariam majoritariamente ou exclusivamente escravos, embora tenha destacado o predomínio de trabalhadores livres e afirmado que o “regime servil não destronou da estância o campeiro livre [...] mas de certo modo aviltou-lhe o trabalho” (CESAR, 2005, p. 112-113). Por seu turno, Mário Maestri, atento ao protagonismo escravo e à produção charqueadora, sugeriu que haveria uma reserva de trabalhadores livres aptos para a lida na pecuária (MAESTRI, 2006a, p. 69-79). Os três autores procuraram relacionar o trabalho escravo e o uso do trabalho de peões livres. Cesar preservou a idealização do gaúcho (“campeiro livre”) e das relações de trabalho no campo (MAESTRI, 2006b, p. 221-250), enquanto Cardoso e Maestri associaram a massiva presença escrava à produção de charque.

Recentemente, enfatizando o Rio Grande do Sul como área fronteira e estrategicamente importante para a reprodução do Antigo Regime nos domínios ultramarinos, alguns historiadores trataram sobre Viamão. Tanto Fábio Kühn quanto Israel Aquino pesquisaram as elites e destacaram, respectivamente, as estratégias de poder e distinção social das famílias pioneiras e o uso do compadrio para estabelecer laços horizontais e verticais (KÜHN, 2006; AQUINO, 2019). Isadora Diehl dedicou-se à inserção dos indígenas na sociedade local (DIEHL, 2016). Em relação aos aspectos econômicos e demográficos, já no período posterior aos desmembramentos territoriais, Ian Danilevicz observou a posse de escravos entre 1774-1782 e Luciano Gomes caracterizou o sistema de mão de obra e as relações sociais das paróquias de Viamão e Porto Alegre em fins do século XVIII (DANILEVICZ, 2009; GOMES, 2018).

São dois momentos historiográficos distintos: os primeiros autores ambicionavam explicar a totalidade da economia ou escravidão rio-grandense, para as quais Viamão constituía-se apenas em um episódio; já os historiadores recentes são atentos às peculiaridades regionais e temporais. Uns e outros percebem, por diferentes percursos, a importância da escravidão para a expansão da sociedade viamonense. Entretanto, permanece ainda em aberto a dimensão quantitativa da

escravidão nos primeiros tempos da freguesia, quando a região já era atrativa e conectada ao comércio colonial.

Para cobrir esta lacuna, a presente investigação emprega como fonte a documentação paroquial produzida em Viamão entre 1747 e 1759 - os mais antigos registros disponíveis produzidos na localidade. O principal corpus documental são os róis de confessados - arrolamentos nominais elaborados por clérigos listando os paroquianos maiores de sete anos e indicando quais haviam confessado e comungado naquele ano. Os registros em questão agrupam as pessoas de acordo com domicílio (chamado de fogo) e apontando sua condição sócio-jurídica. Foram utilizados os róis de confessados produzidos nos anos de 1751, 1756 e 1758⁴. Ao apresentar a população agrupada em domicílios, indicando escravos, indígenas e outras figuras, os róis de confessados podem ser utilizados para compor um retrato populacional e econômico – tomando a posse de escravos como referência de — Viamão⁵. Apesar de algumas lacunas decorrentes do mau estado físico de parte da documentação⁶, as informações disponíveis são suficientemente representativas da população⁷ e das escravarias⁸ em questão.

Utilizarei, ainda, de forma complementar, uma listagem de fazendas elaborada no ano de 1741 (explanado no tópico seguinte) e a documentação de batismo e matrimônio de escravos realizados entre 1747 e 1759. Os registros destes sacramentos fornecem uma amostragem sobre as origens – se nascidos na África e traficados para o Brasil ou se já nascidos aqui na condição cativa-da população escravizada em Viamão.

⁴ Além dos três róis da freguesia de Viamão (1751, 1756 e 1758) foi utilizado o rol de confessados de Triunfo de 1758, pois em 1756 esta segunda paróquia desmembrou-se de Viamão, tornando necessária a reunião das duas listagens para chegarmos à totalidade dos Campos de Viamão em 1758. Excluí o rol de Viamão de 1757 por não haver documento deste ano disponível para Triunfo e, conseqüentemente, não ser possível alcançar a totalidade da freguesia de Viamão.

⁵ Para uma análise crítica acerca da metodologia de pesquisa com róis de confessados, ver o artigo de Razzer (2017), referenciado na bibliografia.

⁶ O rol de 1751 contabiliza 132 fogos segundo o termo de fechamento; mas há 103 numerados e outros 35 sem numeração, o que totaliza 137 - cinco a mais do que o registrado no termo de fechamento-; foram excluídos 16 fogos totalmente corroídos. O rol de 1756 aponta 187 fogos (incluindo um último de andantes), sendo que 21 não apresentam condições físicas para estudo. O rol de Viamão para 1758 apresenta 131 fogos, além de um não numerado (talvez fossem mais, pois não há termo de fechamento, o que indica que o arrolamento pode estar incompleto), sendo que apenas três estavam inadequados para trabalhar. O rol de 1758 para Triunfo é o de melhor condição física, pois, além de ser o único que não apresenta corrosões, dos 89 fogos (53 numerados e outros 35 de açorianos e um de militares, estes últimos sem número) todos estavam em condições de investigação.

⁷ Embora houvesse o termo de fechamento dos róis de confessados, no qual os párocos registravam o número total de fregueses, essas informações não servem ao presente estudo, pois tendo o foco na escravidão é imprescindível a distinção sócio-jurídica das pessoas arroladas, o que exige um nova contabilidade. Excluindo os fogos totalmente corroídos, a presente análise conta com 121 fogos (88,3%) para o ano de 1751; 165 (88,2%) para 1756; e 218 em 1758 (98,6%) sendo 129 referentes a Viamão e os outros 89 a Triunfo. Temos, portanto, informações suficientemente representativas da população em questão. Os dados apurados aqui referem-se às pessoas cujo nome ou complemento nominal (como mulher, filho, escravo) estava legível permitindo a classificação.

⁸ Para esse tipo de análise foi necessário selecionar os fogos escravistas em melhores condições, que permitissem identificar o número total de cativos e o sexo deles. Isso representa, para cada ano, respectivamente, 87,3%, 79% e 80,8% dos domicílios escravistas. Com esta mesma amostra comparamos o peso do trabalho escravo com o trabalho livre (supostamente assalariado) e de indígenas e forros, de modo a caracterizar a força de trabalho existente nos campos viamonenses.

GENTE, TERRAS E REBANHOS

Um dos documentos mais remotos que fornecem pistas sobre Viamão é o *Mapa das fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro*, elaborado em 1741. Essa fonte lista as unidades pecuárias - com respectivos proprietários e tamanho dos rebanhos- existentes na capitania, dividindo-as entre *fazendas do sul* e *fazendas do norte*; por sul, entende-se as cercanias da sede da Vila de Rio Grande, enquanto por norte os Campos de Viamão. Não se sabe quem é o autor do *Mapa das fazendas*, mas provavelmente foi alguma autoridade militar com a intenção de informar ao rei de Portugal o estado das criações no Continente do Rio Grande. Com base no levantamento de animais do documento em questão, o Rio Grande de São Pedro contava com aproximadamente 47.600 animais de criação, sendo a maioria cavalares (51%), seguidos de perto pelos vacuns (47%). Os ovinos, por sua vez, representavam apenas 2% dos rebanhos⁹.

Tabela 1. Unidades pecuárias e respectivos animais, Rio Grande de São Pedro - 1741

		Fazendas do sul		Fazendas do norte		Total	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Animais	vacuns	3050	13,6	19330	86,4	22380	100
	cavalares	1370	5,6	22850	94,4	24220	100
	ovinos	-	-	1000	100	1000	100
Unidades criatórias		12	27,3	32	72,7	44	100

Fonte: *Mapa das fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro - 1741. AHU-RS- cx. 1, doc. 41.*

O *Mapa das fazendas* esclarece que as unidades criatórias setentrionais eram o lócus por excelência da pecuária rio-grandense no início dos anos 1740, abarcando 94,4% dos eqüinos, 86,6% dos bovinos e todos os ovinos. Se a sede do poder político-administrativo ficava no sul, o coração econômico do Rio Grande situava-se mais ao norte, em Viamão. É pertinente supor que em uma região onde havia mais estâncias e a maioria absoluta dos rebanhos, houvesse também a maior concentração de mão de obra – particularmente escrava¹⁰. Ressalte-se que a própria concessão de sesmarias levava em consideração a quantidade de escravos possuída pelo requerente, tomada como indício das condições para explorar a terra¹¹.

⁹ Todos os valores são redondos (200, 250, nunca 251 ou 199), o que parece muito pouco provável que de fato fossem. Assim, possivelmente os números dos rebanhos tratam-se não de valores exatos, mas de valores aproximados, porém suficientes para dar contas ao rei do estado das criações no extremo sul. *Mapa das fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro*, 1741, cx. 1, doc. 41- AHU- Projeto Resgate-RS.

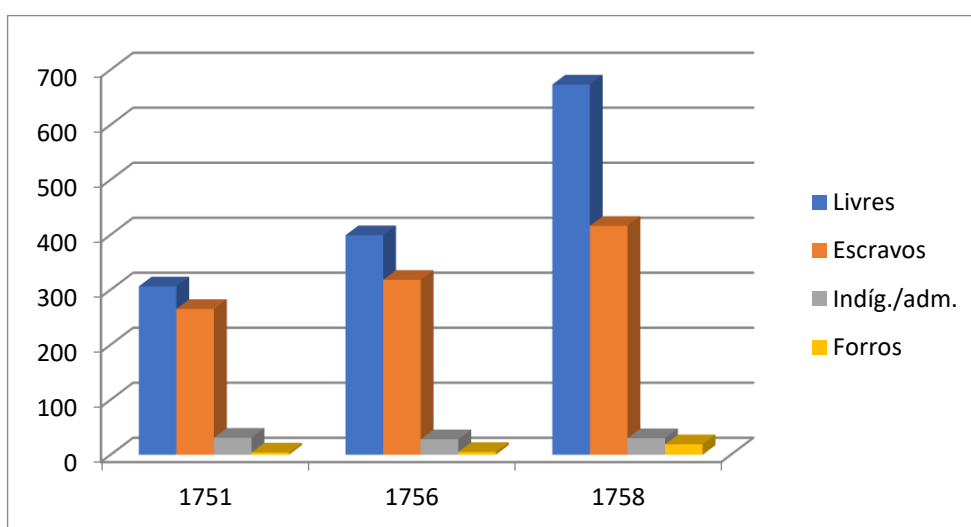
¹⁰ Fábio Kühn localizou, arquivados em Laguna, três inventários dos primeiros proprietários de terras em Viamão. Nos três documentos há a presença de escravos (KÜHN, 2006, p. 105).

¹¹ Sobre a política de distribuição de terras no período colonial, em especial no Rio Grande de São Pedro, ver a obra de Augusto da Silva referenciada na bibliografia.

Nos anos seguintes ao *Mapa das fazendas*, conforme já assinalado, deu-se uma “arrancada” populacional em Viamão – das 32 fazendas em 1741, passou-se a 132 fogos em 1751 –, devido ao dinamismo econômico da região, cada vez mais integrada aos mercados ganadeiros do sudeste e à corrente migratória oriunda de Laguna. Desta vila catarinense saíram mais de três quartos das famílias livres residentes em Viamão nos cinco anos seguintes à fundação da freguesia, conforme apurou Kühn (p. 76-77 e 104). Para a década de 1750, verifiquei que em sete anos o número de habitantes praticamente duplicou: em 1751, 606 pessoas com mais de sete anos eram residentes em Viamão; em 1756 esse número chegou a 750 e dois anos mais tarde a 1138. Trata-se um crescimento de 87,8% no período, confirmando que Viamão era um lugar atrativo para muitas pessoas.

Verifica-se a disparidade populacional baseada na condição sócio-jurídica. É notório o predomínio numérico de pessoas livres e escravizadas, sendo que tanto o número de livres quanto de escravos foi sempre crescente com o passar dos anos. Se em 1751 havia 306 livres e 265 escravos na freguesia, em 1756 as cifras eram respectivamente 399 e 318. No ano de 1758 os livres somavam 673 pessoas, enquanto outras 416 eram escravas. Entre 1751 e 1758 os livres apresentaram uma taxa de crescimento de 120% enquanto o contingente escravo aumentou 57 pontos percentuais. O enorme crescimento da população livre em sete anos deveu-se, além dos contingentes da América portuguesa, aos imigrantes açorianos¹² que chegaram a partir do início da década de 1750, como parte da política metropolitana de povoamento do Rio Grande de São Pedro.

Gráfico 1. População de Viamão segundo condição jurídica (1751, 1756 e 1758)



Fonte: Róis de confessados de Viamão (1756, 1756 e 1758) e Triunfo (1758) - AHCMPPA.

¹² A presença de açorianos é evidente em Triunfo no ano de 1758: são 98 ilhéus divididos em 35 domicílios, o que equivale a 32% dos livres da paróquia. Translado do rol de confessados da nova paróquia de Bom Jesus do Triunfo, 1758- ACMRJ.

Os escravizados correspondiam a aproximadamente 43% da população total em 1751, mantendo este índice em 1756 e declinando para 37% em 1758¹³. Esta é, em números, a grande presença de escravizados destacada pelos historiadores (RAZZERA, 2022b; AQUINO, 2019; DIEHL, 2016; BLANCO, 2012; KÜHN, 2006). Trata-se de uma alta proporção, não apenas para o Rio Grande de São Pedro¹⁴, mas também para outras freguesias de capitânias cujas economias também estavam voltadas para o mercado interno, a exemplo do planalto paranaense¹⁵ e Vale do Paraíba paulista¹⁶. Viamão foi, portanto, desde meados dos setecentos e antes das primeiras charqueadas, uma localidade com grande percentual de população escrava para o padrão do Brasil meridional.

Os ameríndios na paróquia sulina, por seu turno, foram pouco contabilizados nos róis de confessados, chegando a, no máximo 31 pessoas em 1751, entre administrados e livres. Segundo Diehl, este grupo estaria sub-representado nos róis de confessados, se comparado aos registros batismais. Além do mais, tendo em vista a chegada de guaranis decorrente da Guerra Guaranítica, haveria um “apagamento étnico” deste grupo na documentação, o que poderia ser utilizado para burlar a lei (fim da administração particular) e continuar explorando o trabalho nativo. Deste modo, ameríndios poderiam ser classificados com outros designativos nos documentos, como *forro* (DIEHL, 2016).

Em 1751 e 1756 foram, respectivamente, contabilizadas apenas 4 e 5 pessoas como forras; já em 1758 foram 19 pessoas. Em 1756, na residência na casa de André dos Santos residia Teresa, dita mulata, e na casa de Antônio José Viegas, encontrava-se Bárbara, ameríndia casada com o escravo Manuel. O ponto comum entre essas duas mulheres é que ambas foram apontadas como forras, sendo que a primeira havia sido escrava e possuía ascendência africana, enquanto a segunda era nativa do continente americano. Percebe-se que a categoria social *forro*, no período e localidade em questão, não designava apenas escravizados negros que adquiriam carta de alforria, mas também a indígenas não administrados (RAZZERA, 2022b; DIEHL, 2016; BLANCO, 2012).

POSSE DE ESCRAVOS E VESTÍGIOS DE UM INFAME COMÉRCIO

Os habitantes de Viamão possuíam origens diversas, ilustrando a movimentação geográfica do mundo colonial. Além dos mencionados contingentes de Laguna e Açores, a população livre era composta por grupos da Colônia de Sacramento, São Paulo, Rio de Janeiro e Portugal. Dentre os

¹³ O percentual de escravos pouco se alterou nas décadas seguintes. Entre os anos de 1776 e 1782, quando o quadro demográfico de Viamão se caracterizava pela emigração e desmembramentos espaciais, Ian Danilevicz encontrou percentuais de escravos que variavam entre 39% e 41% da população, embora a taxa de crescimento fosse significativamente menor e decrescente, indo de 14,3% a -6,4% (DANILEVICZ, 2009, p.23).

¹⁴ De acordo com levantamento de Petiz, a população total do Rio Grande de São Pedro, em 1780, seria de quase 18 mil almas, sendo que 28,4% seriam escravos. (PETIZ, 2009, p. 91)

¹⁵ Em São José dos Pinhais e Curitiba os escravos correspondiam a 20,8% de cada população; na Lapa eram 13,5% e em Castro 31,5% (MACHADO, 2008, p. 207).

¹⁶ Em 1777, na época dedicado à pecuária e ao cultivo de gêneros de subsistência, os escravos correspondiam apenas a 19% da população (LUNA, 1998, p. 104).

indígenas, foram arroladas pessoas oriundas tanto dos domínios lusitanos quanto espanhóis, conforme o almejado pela campanha de atração de nativos¹⁷. Entre os escravizados, houve aqueles traficados como mercadoria nos porões dos tumbeiros vindos da África e aqueles nascidos no Brasil. Os levantamentos acerca da origem de escravos geralmente são realizados através da consulta a inventários *post-mortem* ou listas nominativas. Os inventários para o período em questão se perderam (aqueles disponíveis foram abertos a partir de 1764) e os róis de confessados informam apenas o nome, sem referências à origem ou porto de embarque dos africanos. Deste modo, a aproximação possível com a origem dos cativos viamonenses é através dos registros paroquiais de batismo e casamento¹⁸.

Tabela 2. Amostragem sobre a origem da população escrava em Viamão, a partir de registros paroquiais de batismo e matrimônio (1747-1759)

Origem	Homens	Mulheres	Total	%
Africanos	50	45	95	62,9
Crioulos	3	16	19	12,6
Indeterminados	18	19	37	24,5
Total	71	80	151	100

Fonte: 1º Livro de batismos e 1º Livro de casamentos de Viamão - AHCMPA.

A tabela acima foi organizada com base nos cativos que constituíram família nuclear sacramentada. Foi realizada uma busca onomástica com aqueles casais em que pelo menos um dos cônjuges era escravo, cruzando assentos matrimoniais dos pares e registros batismais de filhos. Dos 71 homens escravos em questão, foi possível identificar a origem de 53, o mesmo valendo para 61 das 80 mulheres. Com base neste levantamento, verifica-se o predomínio dos indivíduos africanos, que representavam 62,9% dos escravos, contra apenas 12,6% de crioulos. Calcula-se uma razão de africanidade de 384 pontos, cifra alta para os domínios lusos na América meridional¹⁹.

O tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro no século XVIII ainda é pouco conhecido. No entanto, sabe-se que em fins dos setecentos a capitania, apesar de voltada ao mercado interno, esteve fortemente vinculada ao comércio negreiro. O Rio Grande não participou

¹⁷ No 1º Livro de batismos de Viamão, como exemplo, figuraram Domingos da Silva e Luzia de Souza, “gente da terra, naturais da cidade de São Paulo”, pais do pequeno Miguel, e Maria, índia, filha de Silveira e sua mulher Bernarda, “naturais das aldeias de Buenos Aires”. 1º LBV, f. 116, 25.11.1754; fl. 116v, 02.12.1754- AHCMPA.

¹⁸ Estudo sobre a origem de escravos baseado em registros paroquiais foi realizado por Flávio dos Santos Gomes, devido à ausência de inventários para o Rio de Janeiro setecentista (GOMES, 2010, p. 153-184).

¹⁹ Ao estudar a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, Silmei Petiz observou que no período de 1764 a 1809 predominavam os escravos crioulos e os africanos perfaziam 32,05% dos cativos identificados. A discrepância entre Viamão e a fronteira oeste deve-se ao tipo de fonte consultada. Petiz utilizou inventários, incluindo todas as faixas etárias para chegar ao percentual acima; no entanto, quando relacionou origem e estrutura etária dos cativos, apresentou um predomínio de africanos adultos (excluindo crianças e idosos). O autor atribui este quadro demográfico à participação da fronteira oeste no comércio negreiro (uma vez que os africanos compunham parcela importante da escravaria), além da reprodução endógena e do comércio de escravos crioulos vindos de outras regiões da Colônia (PETIZ, 2009, p.97-115).

diretamente do tráfico atlântico, mas manteve estreito contato com o Rio de Janeiro, que repassava homens e mulheres comprados no continente africano; era do porto fluminense que provinham 88% dos escravos que aportaram no sul entre 1788 e 1802 (BERUTE, 2006, p. 67-76). É sabido que desde a data de fundação da fortificação de Rio Grande, em 1737, a comunidade de mercadores da capitania do Rio Grande de São Pedro esteve vinculada ao Rio de Janeiro²⁰. Tendo em vista tais laços comerciais e a expressiva presença de escravos africanos, é plausível supor que Viamão estivesse, desde o princípio de sua integração efetiva ao Império lusitano, atrelado às rotas do tráfico interno de escravizados. Além do reflexo demográfico do comércio negreiro, deve-se levar em consideração, também, o crescimento endógeno²¹ da população escrava e a chegada de migrantes que traziam consigo seus cativos.

Tabela 3. Amostragem da origem dos escravos africanos em Viamão, a partir de registros paroquiais de batismo e matrimônio (1747-1759)

Macro- região	Nação	Homens	Mulheres	Total	%
África Central Atlântica	Angola	17	11	28	29,5
	Benguela	1 ^a	8	9	9,5
	Congo	1	-	1	1,1
	Gangela	1	1	2	2,1
	Monjolo	1	1	2	2,1
África Ocidental	Cabo Verde	4	-	4	4,2
	Mina	6	2	8	8,4
	Guiné	19	22	41	43,2
	Total	50	45	95	100

a) Indivíduo registrado tanto como Benguela quanto Angola.

Fonte: 1º Livro de batismos e 1º Livro de casamentos de Viamão - AHCMPA.

A procedência dos escravos de Viamão era diversa e diversas foram as “nações” africanas presentes naquelas estâncias. Na amostragem de registros paroquiais verifica-se que 44,3% dos escravos provinham da África Central Atlântica, 12,6% da África Ocidental e 43,2% foram genericamente apontados como “Guiné” ou “gentio da Guiné”, não sendo possível precisar o porto

²⁰ Muitos comerciantes dessa localidade viam a América meridional como uma boa oportunidade de negócios, seja através do comércio com a Colônia de Sacramento ou através da arrematação de contratos. Frequentemente esses negociantes migravam, ou enviavam seus representantes para diversas praças mercantis, sendo que os bem sucedidos normalmente retornavam ao Rio de Janeiro. Os negociantes de menor cabedal e com maior espírito de aventura tendiam a se fixar pelas paragens sulinas. (OSÓRIO, 2007, p. 277-299).

²¹ Como os róis de confessados não informam nem a idade nem a origem dos indivíduos, não é possível saber, em cada ano, exatamente quais escravos eram recém-chegados e quais haviam nascido na propriedade. Todavia, sabendo que tais listas contabilizam crianças apenas a partir dos sete anos de idade, todas as crianças nascidas entre 1747 e 1751 devem, em tese, estar presentes no rol de 1758. No total foram 49 crianças nascidas no citado intervalo, sendo que o aumento total de escravos verificado nos róis foi de 151 pessoas. O crescimento endógeno pode ter representado até 32,4% (excluindo situações de venda e falecimento dos escravos) do aumento da população escrava de Viamão. 1º LBV-AHCMPA.

de embarque²². Excluindo estes últimos, temos 77,8% de africanos centrais contra 22,2% de africanos ocidentais²³. Dentre todos os africanos predominavam largamente os de Angola: 29,5% do total ou 51,9% dos identificados. O porto de Luanda, em Angola, foi o maior responsável pelo envio de homens e mulheres para a América portuguesa nos séculos XVIII e XIX²⁴, e esta predominância fez sentir-se também em Viamão. Está claro o quão numericamente importante os homens e mulheres escravizados foram para o quadro populacional de Viamão. Observemos, a seguir, a distribuição domiciliar da população escrava.

Quadro 1. Presença de escravos em unidades domiciliares de Viamão (1751, 1756 e 1758)

	Fogos escravistas		Total de fogos	
	N.º	%	N.º	%
1751	71	58,6	121	100
1756	79	47,9	165	100
1758	89	40,8	218	100

Fonte: Gráfico 1.

O número de domicílios escravistas aumentou ao longo dos anos 1750, porém em um ritmo menor que o aumento da população. Em 1751, mais da metade das residências contava com o trabalho de escravos, que estavam presentes em 71 dos 121 domicílios. No ano de 1756, eram 18 fogos escravistas a mais, porém em termos percentuais nota-se um significativo decréscimo de mais de dez pontos, passando de 58,6% para 47,9%. Já em 1758, 40,8% dos domicílios - 89 do total de 218 - explorava a força de trabalho escrava. No decorrer do período, pode-se calcular uma média de 49,1% de domicílios com homens e mulheres escravizados, o que demonstra que, na ainda incipiente sociedade viamonense, a escravidão já era uma prática bastante arraigada - e que se intensificaria nas décadas seguintes²⁵. A disseminação da propriedade escrava em Viamão era alta se, mais uma vez, comparada com outras regiões abastecedoras do mercado interno no século XVIII²⁶, ou mesmo algumas áreas agroexportadoras no século XIX²⁷.

²² No cruzamento onomástico de registros de batismo e casamento de escravos identifiquei indivíduos que, em determinado assento, foram anotados como Guiné e, em outro assento, foram apontados com outras procedências, como Mina e Benguela. Tais situações estão em consonância com o observado por Flávio Gomes para o Rio de Janeiro setecentista. Por isto, entendo que, para o período e localidade em questão, Guiné é uma nomenclatura genérica para África, abarcando pessoas de diferentes regiões e grupos de procedência (BLANCO, 2012 ; GOMES, 2010).

²³ Estas porcentagens estão mais próximas dos dados de Gabriel Berute, segundo os quais 97% dos escravos traficados para o sul provinham da África Central Atlântica (BERUTE, 2006, p. 80-87).

²⁴ Sobre o tráfico negreiro para o Brasil, ver o artigo de Herbert Klein referenciado na bibliografia.

²⁵ Para o período entre 1776 e 1782, Ian Danilevich apurou que, em média, 65,5% dos domicílios de Viamão possuíam escravos (DANILEVIZ, 2009, p. 35).

²⁶ Em São José dos Pinhais, no planalto curitibano, no ano de 1765 apenas 21% dos domicílios possuíam escravos, sendo que esse percentual diminuiu nas primeiras décadas do século XIX (MACHADO, 2008, p. 45).

²⁷ Em Porto Feliz, zona paulista exportadora de açúcar, entre 1798 e 1843 o percentual de fogos escravistas diminuiu de 37,5% para 27,5% (GUEDES, 2008, p. 42).

Tabela 4. Distribuição da população escrava por tamanho de posse (Viamão, anos selecionados)

Faixa de tamanho de plantel	Plantéis						Escravos					
	1751		1756		1758		1751		1756		1758	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1 a 5	51	82,2	50	79,4	51	70,9	114	54,6	116	49,4	124	37,5
6 a 10	8	13	11	17,5	15	20,8	58	27,7	88	37,4	115	34,7
11 ou +	3	4,8	2	3,2	6	8,3	37	17,7	31	13,2	92	27,8
Total	62	100	63	100	72	100	209	100	235	100	331	100

Obs.: Nos anos de 1751, 1756 e 1758 foram excluídos, respectivamente, 9, 17 e 17 fogos parcialmente corroídos.

Fonte: 1º Livro de batismos e 1º Livro de casamentos de Viamão - AHCMPA.

As pequenas escravarias - possuidoras de, no máximo, cinco cativos - predominaram em Viamão, representando 82,2% dos plantéis locais em 1751 e decaindo para 79,4% e 70,9%. Sempre mais de 2/3 das escravarias pertencia a esta faixa de tamanho, sendo que mais da metade dos domicílios contava com no máximo três escravos. O peso dos escravos de pequenos plantéis frente ao total da população escravizada reduziu-se paulatinamente: de 54,6%, em 1751, para 37,5%, em 1758. Ao longo do período, a média de escravos por plantel cresceu pouco, passando de 2,2 para 2,3 e 2,4. Infere-se daí o acesso restrito dos pequenos proprietários ao mercado de escravos e a virtual estagnação deste grupo frente aos demais escravistas.

Restrição e estagnação que não foram sentidas pelos médios escravistas - aqueles que possuíam entre seis e dez cativos. Os plantéis médios cresceram no período em questão: em 1751 correspondiam a 13% dos domicílios com escravos e em 1758 já representavam 20,8%. Quanto aos escravizados, houve um crescimento de quase dez pontos percentuais, passando de 27,7% para 34,7%. Em números absolutos os escravos de plantéis médios praticamente duplicaram - eram 58 em 1751 e 115 em 1758-, enquanto os escravos de pequenos plantéis pouco se alteraram - eram 114 em 1751 e 124 em 1758. Houve um crescimento médio no primeiro para o segundo período de 7,5 para 8 escravos por plantel, mas em 1758 a média caiu para 7,6.

No entanto, são as grandes escravarias, aquelas com onze ou mais escravizados, que mais chamam atenção. Estes plantéis foram sempre minoritários, não ultrapassando a cifra de 8,3% das escravarias; em contrapartida, os escravos localizados nequelas estâncias foram os que tiveram maior crescimento entre o primeiro e o terceiro ano. Em 1751 eram três escravarias que, juntas, possuíam 37 cativos (média de 12,3) e representavam 17,7% da população escrava local; já em 1758 eram 92 cativos pertencentes a seis plantéis (média de 15,3) que perfaziam 27,8% dos escravos. Era este o pequeno grupo de proprietários que mais freqüentava o mercado de escravos²⁸.

Portanto, o cenário que se apresenta é de concentração da mão de obra escrava nos grandes plantéis - contrariando as proposições de Cardoso. Cada vez chegavam mais povoadores a Viamão,

²⁸ Para um exemplo da chegada de escravos africanos em uma grande escravaria viamonense, ver BLANCO, 2012.

migrantes sem muitos recursos econômicos, como atesta a redução percentual de fogos escravistas. Uma vez que a produtividade agropecuária estava inter-relacionada com a quantidade de braços para o trabalho, vislumbra-se também a formação da primeira elite escravista e econômica de Viamão.

Tal movimento revela acessos diferenciados ao comércio de escravos, pois enquanto os pequenos senhores - com menos recursos financeiros - tinham dificuldade na aquisição de cativos²⁹, os grandes proprietários possuíam os recursos necessários para multiplicar suas escravarias³⁰. Embora com poucos indícios acerca do tráfico de escravos, é possível reiterar duas características deste comércio. Primeiramente, havia uma expressiva ligação com as rotas abastecedoras (fossem elas marítimas ou terrestres), dado as altas taxas de crescimento e africanidade da população cativa local. Segundo, eram os escravistas com mais de seis cativos os principais responsáveis pelo movimento do tráfico em freguesia meridional. Em Viamão, muitos proprietários possuíam poucos escravos e poucos proprietários possuíam muitos escravos, o que denota uma forte diferença de propriedade cativa e, conseqüentemente, riqueza e poder, que se tornavam mais notórios ainda com a constante chegada dos citados migrantes pobres.

FORROS, INDÍGENAS, PEÕES E OUTROS TRABALHADORES

Indígenas foram registrados nos róis de confessados como chefes de fogos em apenas duas ocasiões, uma em 1751 e outra em 1756. Forros, por sua vez, aparecem chefiando fogos em quatro

²⁹ Na freguesia de São José dos Pinhais entre 1785 e 1827, período de desconcentração da propriedade cativa, os pequenos plantéis (com até quatro cativos) passaram de 58 para 72%, abrigando de 27,7 para 45,6% dos escravos. Os plantéis médios (5-9 cativos) diminuíram de 29 para 24%, todavia, passaram a abrigar mais escravos – de 40 para 50,5%. Os plantéis de grande porte (com 10 ou mais cativos) declinaram de 13 para apenas 1%, e os escravos abrigados por eles de 32,3 passaram a 3,9%. Com propriedade, Cacilda Machado adverte que a desconcentração da posse de escravos não deve ser interpretada como indício do afrouxamento das hierarquias que regiam as relações entre livres. Se a posse de escravos pode ser vista como indicador de riqueza e poder, o topo da pirâmide social se tornou menos rico, porém mais seletivo, resultando num locus social mais hierarquizado. Assim, quanto mais diminuía a proporção de cativos na freguesia, mais nítidas tornavam-se as hierarquias dentro do grupo de proprietários. Machado sugere que, já que a escravidão torna a posse de cativos um elemento fundamental de distinção social, “a hierarquização dos livres seria ainda mais marcante em áreas ou períodos em que os escravos formassem um grupo com pouca representatividade percentual” (MACHADO, 2008, p. 45-49 e 90).

³⁰ Na localidade de Porto Feliz, em São Paulo, a dinâmica açucareira provocou mudanças na estrutura de posse de escravos entre 1815 e 1820. Esta vila observou a concentração da propriedade escrava nos grandes plantéis, embora fosse significativa a participação de pequenos e médios senhores. Os pequenos senhores (com até dez cativos) sempre foram a maioria dos escravistas, embora na primeira metade do XIX tenham diminuído sua participação (de 75,8% para 68,5%), o mesmo valendo para os escravos possuídos por eles (de 38,3 para 22,7%). Os escravistas de porte médio (entre 11 e 20 escravos) formavam um grupo mais estável que o primeiro em relação à assiduidade (oscilando de 12,2 a 17,7%), embora a queda do percentual de escravos fosse semelhante (de 30,4 para 15%). Enquanto “os senhores de até 20 cativos assistiram à redução de seu peso, em assiduidade e em posse de escravos, o oposto ocorreu entre os grandes”, aqueles com mais de 21 escravos. Estes representavam 8,2% dos escravistas em 1798 e possuíam 31,3% dos escravos; em 1843 já eram 19,3% e detinham 62,3% do contingente escravo (no ano de 1829 detinham 70% dos escravos). Em Porto Feliz, escravistas de todos os portes tinham acesso ao mercado negreiro, principalmente os grandes. “Os pequenos senhores jamais deixaram de ser a maioria, demonstrando que a aquisição de mão-de-obra cativa era, até certo ponto, facilitada, enquanto durou o tráfico atlântico” (GUEDES, 2008, p. 132- 133).

ocasiões, uma em 1751, duas em 1756 e outra em 1758³¹. A maior parte dos indivíduos destas categorias contabilizados no Gráfico 1 foi, portanto, utilizada por terceiros, como força de trabalho. Embora pouco numerosos, eram importantes braços a mais para o trabalho nas estâncias - seja na pecuária ou na agricultura - e demonstram a convivência e hierarquia dos grupos étnicos na sociedade colonial.

Os forros estiveram presentes, sobretudo, nas propriedades com até dez escravos. Destas, as pequenas absorviam mais trabalhadores, abrigando sete deles em 1758, contra seis nas médias escravarias e dois nas grandes. Situação semelhante foi vivida pelos indígenas. Se os nativos livres estavam equilibradamente distribuídos entre as três faixas de tamanho de plantel em 1751, no terceiro ano estavam quase que exclusivamente nos pequenos e médios plantéis, salvo uma única exceção. Os indígenas administrados estavam exclusivamente nas pequenas propriedades escravistas em 1751 e em nenhum momento aparecem junto às grandes escravarias. O que tal quadro sugere é a complementação de mão de obra por parte dos pequenos escravistas, que na falta de recursos para comprar mais escravos recorriam a forros e ameríndios³². Tais indivíduos poderiam também, em menor escala, reforçar o contingente de trabalhadores das médias escravarias.

Insisto que, ao longo da década de 1750, migrantes livres e pobres chegavam à paróquia de Viamão, conforme se observa comparando os dados sobre evolução populacional (Gráfico 1) e de domicílios escravistas (Quadro 1). Nos anos de 1751, 1756 e 1758, respectivamente 7, 14 e 18 domicílios não escravistas contaram com mão de obra externa ao núcleo familiar, cujo percentual varia entre 14 e 16,3 pontos.

Analisando os róis de confessados, encontram-se indivíduos apontados como *agregados*, *assistentes*, *camaradas*, *peões* e *capatazes*, revelando múltiplas formas de subordinação econômica e dependência pessoal. Existe um debate entre os estudiosos da história da família e demografia acerca da relação entre agregamento, parentesco e coabitação³³, mas este extrapola os limites do presente trabalho. Assim sendo, utilizarei o termo *agregado* somente para aqueles trabalhadores subordinados ao chefe de domicílio e que foram registrados como tal pelo recenseador eclesiástico, o mesmo valendo para as demais categorias.

Tabela 5. Presença de trabalhadores livres em unidades escravistas, conforme faixa de tamanho de plantel (Viamão- 1751, 1756 e 1758)

Categoria	FTP	1751	1756	1758
	1 a 5	7	-	-
Agregados	6 a 10	-	-	6

³¹ Um fogo não corresponde, necessariamente, a uma propriedade. Acredito que algumas propriedades rurais poderiam ser apresentadas como mais de um fogo. Nestes casos, tais fogos representariam pessoas arranchadas ou ainda poderiam configurar postos - local onde ficaria um rebanho e os responsáveis pelo cuidado dos animais (BLANCO, 2012).

³² Para estudos de caso sobre a presença e experiências indígenas em unidades escravistas de Viamão, ver: RAZZERA, 2022b e 2021.

³³ Ver as obras de Eni de Mesquita Samara e Cacilda Machado referenciadas na bibliografia.

	11 ou +	-	-	-
	1 a 5	-	7	-
Assistentes	6 a 10	-	2	-
	11 ou +	-	-	-
	1 a 5	5	-	7
Camaradas	6 a 10	4	-	6
	11 ou +	1	-	1
	1 a 5	-	4	2
Capatazes	6 a 10	-	-	-
	11 ou +	-	2	-
	1 a 5	5	22	8
Peões	6 a 10	-	1	-
	11 ou +	-	3	2
	1 a 5	17	33	17
Soma das	6 a 10	4	3	12
categorias	11 ou +	1	5	3
	Todas	22	41	33

FTP: Faixa de tamanho de plantel.

Fonte: Róis de confessados de Viamão (1756, 1756 e 1758) e Triunfo (1758) – AHCMPA.

Os agregados e assistentes foram pouco numerosos ao longo do período e não estiveram presentes em grandes escravarias. Camaradas e peões eram em maior número e foram encontrados em todas as faixas de tamanho de plantel, sobretudo aquelas com até dez cativos. Embora pequenos, os números não deixam dúvidas: foram as pequenas escravarias que abrigaram a maioria absoluta de trabalhadores livres. Em 1751 eram quase 4/5 (17 de 22); em 1756 alcançaram 80,5% (33 de 41) e em 1758 foram 53,1% (17 de 33). Merecem destaque os peões contabilizados em 1756: 84,6% deles (22 do total de 26) trabalhavam nas propriedades com pequenas escravarias. Comparando os dados apurados, conclui-se que à medida em que a força de trabalho escrava se concentrava nas mãos de grandes proprietários, pequenos escravocratas procuravam contornar a dificuldade de comprar cativos valendo-se, também, além dos já mencionados forros e indígenas, de trabalhadores livres. Contrapondo o número de trabalhadores livres com o número de escravos dos domicílios escravistas, temos, ao longo do período em questão, uma proporção que varia entre 5 e 13 escravos para cada trabalhador livre, confirmando as suposições de Cesar acerca do predomínio da mão de obra escrava nos Campos de Viamão. A discrepância – sempre a favor dos escravos – é maior ainda entre as faixas de tamanho de plantel: nos pequenos a proporção variou entre 3 e 7; nos plantéis de porte médio foi entre 9 e 29; nas grandes escravarias entre 6 e 37. Os números provam que, em Viamão de meados do século XVIII, embora existissem trabalhadores livres, estes não eram suficientes para formar uma “reserva de mão de obra”.

Tabela 6. Presença de trabalhadores não escravos externos ao núcleo familiar em unidades domiciliares não escravistas (Viamão, 1751, 1756 e 1758)

	Fogos			Trabalhadores		
	1751	1756	1758	1751	1756	1758
Forros	-	1	1 ^a	-	1	1
Indígenas	-	1	5 ^b	-	2	5

Administrados	3	5	2 ^c	10	18	3
Outros	4	7	10	5 ^d	26 ^e	13 ^f
Total	7	14	18	15	47	22

a) No domicílio havia ainda um peão.

b) Em um domicílio havia também um administrado.

c) Em um dos domicílios havia ainda um peão.

d) Sendo três camaradas, um peão e um “caboclo”.

e) Sendo 18 peões, três camaradas, dois capatazes, dois assistentes e um agregado.

f) Sendo oito peões e cinco camaradas.

Fonte: *Róis de confessados de Viamão (1756, 1756 e 1758) e Triunfo (1758) - AHCMPA.*

Foram poucos os domicílios não escravistas que contaram com a presença de força de trabalho externa ao grupo familiar – em 1758, os dezoito fogos correspondiam a 13,9% das unidades não escravistas. Os domicílios escravistas abrigaram mais trabalhadores livres do que os domicílios não escravistas. Nota-se que as pequenas e médias escravarias e as unidades não escravistas valiam-se da mesma estratégia para complementar a mão de obra, isto é, a atração de forros, indígenas e demais trabalhadores livres. Entretanto, conforme os números evidenciam, pequenos e médios escravistas eram mais bem sucedidos neste intento.

CONCLUSÕES

Em meados dos setecentos, Viamão caracterizava-se como uma sociedade demograficamente dinâmica, cujo contingente populacional praticamente duplicou-se entre 1751 e 1758. Tal crescimento deveu-se à chegada de famílias migrantes e homens e mulheres escravizados. A população nativa, embora pouco presente na documentação consultada, constituiu-se como importante mão de obra em diversos domicílios, inclusive em unidades escravistas.

Tomando a posse de escravos como indicador de riqueza, a maioria dos indivíduos estabelecidos em Viamão era pobre, visto que não possuía escravos. Em termos percentuais, o número de fogos escravistas diminuiu ao longo do período – de 58,6% para 40,8% –, sendo que os pequenos plantéis pouco alteravam sua média de cativos, ao passo que os plantéis de grande porte aumentavam seu contingente laboral. Caracteriza-se aí a concentração da mão de obra escrava. Pequenas e médias escravarias recorriam a trabalhadores livres, forros e indígenas como complemento à mão de obra. Alguns domicílios não escravistas também se valiam deste mesmo expediente, porém, tinham mais dificuldade para atrair trabalhadores; a principal força de trabalho nestes domicílios foi o próprio núcleo familiar.

No que diz respeito aos homens e mulheres escravizados, a maioria (quase 60%) era proveniente da África, o que sugere, desde os primeiros tempos da paróquia viamonense, uma ligação com o hediondo comércio negreiro. Em todas as faixas de tamanho de plantel foram encontrados trabalhadores não cativos, demonstrando que o trabalho simultâneo de escravos e pessoas de condição diversa era presente em Viamão – o que de modo algum deve ser tomado como harmonia das relações étnicas e laborais.

Por fim, ratifique-se que as considerações sobre o uso ocasional de escravos no tempo das primeiras estâncias, bem como a não-concentração da propriedade cativa, não se sustentam frente à análise dos róis de confessados. Esta documentação comprova a disseminada exploração do trabalho africano antes do início da produção de charque. Se a maioria dos domicílios não possuía escravos e valia-se da força de trabalho familiar – complementado por indígenas, forros e outros trabalhadores livres –, nos domicílios onde havia escravos eram estes a principal mão de obra. De fato, o trabalho escravo foi concomitante com o trabalho de indígenas e peões livres, mas, ao contrário do que propôs Cardoso, o trabalho escravo não foi o complemento, mas a base produtiva nas estâncias em questão. Foi o africano escravizado, portanto, a principal força de trabalho das estâncias escravistas de Viamão.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA)

Livros de batismo

1º Livro de batismos de Viamão (1747-1759). In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

Livro de casamentos

1º Livro de casamentos de Viamão (1747-1759). In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

Róis de confessados

Róis de confessados de Viamão- anos de 1751, 1756, 1757 e 1578.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

TRANSLADO do rol de confessados da nova paróquia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, 1758.

Arquivo Histórico Ultramarino- Projeto Resgate-RS

Mapa das fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro, 1741, caixa 1, documento 41.

Bibliografia

AQUINO, Israel da Silva. Hierarquia e interdependência entre estratos sociais em redes de compadrio do período setecentista (Viamão- 1757-1773). Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

BERUTE, Gabriel Santos. Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BLANCO, Márcio Munhoz. Pelas veredas da senzala: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c.1740- c.1760). Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravista do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CESAR, Guilhermino. Origens da economia gaúcha (o boi e o poder). Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.
- DANILEVICZ, Ian Meneghel. Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776-1784). Monografia (Graduação em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- DIEHL, Isadora Talita Lunardi. Carijós, mulatas e bastardos: a administração indígena nos Campos de Viamão e na Vila de Curitiba durante o século XVIII. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016
- GOMES, Flávio dos Santos. Africans and slave marriages in eighteenth-century Rio de Janeiro. The Americas, volume 67, number 2, p. 153-184, october 2010. <disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40929645?seq=1>> Acesso em: 14 jun. 2020
- GOMES, Luciano da Costa. Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- GUEDES, Roberto. Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798- c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.
- HAMEISTER, Martha Daisson. O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727- c.1763). Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- KLEIN, Herbert. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. Estudos econômicos, 17(2), p. 129-149, mai/ago 1987, <Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157390/152751>>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII. Tese (Doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006
- LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). Estudos Econômicos, vol. 28, n° 1, p. 99-169, jan/mar 1998. <Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116890/114425>>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- MACHADO, Cacilda. A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MAESTRI, Mario. O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006a.
- _____. História e historiografia do trabalhador escravizado no Rio Grande do Sul. História revista, v.1, n°2, p.221-250, jul/dez. 2006b. <Disponível em: <https://www.revistas.uff.br/historia/article/view/9061/6255>> Acessado em: 30 jun. 2020.
- OSÓRIO, Helen. O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). Tese (Doutorado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

RAZZERA, Márcio Blanco. Dos retratos que El-Rey não viu: compadrio entre livres e escravizados na ocupação da América portuguesa meridional. In: Revista Ars Histórica, v.23, p. 209-227, 2022a (ISSN: 2178-244X).

_____. Jogando com escalas: em busca das populações subalternizadas em uma fronteira ibérica no século XVIII. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Máira Inês; CARNEIRO, Deivy (orgs.). Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico. São Leopoldo: Oikos, 2022b, p. 832-844.

_____. O silêncio dos campos: família e comunidade entre indígenas e escravizados na fronteira meridional da América ibérica setecentista. In: LOPES, A.; ZANETTI, E.F., COSTA, B.D.X. (Ed.). História, fronteiras e identidade: trajetórias, memórias e cultura histórica. Porto Alegre: Casalettras, 2021, p. 19-32. (ISBN 978-65-86625-45-5)

_____. Uso dos róis de confessados para análise da escravidão a partir do estudo de caso da freguesia de Viamão em meados do século XVIII. Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, p. 1-15. Disponível em<<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/marciomunhozblanco.pdf>> Acesso em 11 mai. 2020

SANTOS, Corcino Medeiros. A importância de capitania do Rio Grande para o Brasil. História geral do Rio Grande do Sul. Volume 1- Colônia. Porto Alegre: Méritos Editora, 2007, p. 65-83.

SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). Estudos econômicos, 11(3), p. 159-168, dez, 1981.<Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156490/151987>> Acessado em: 14 jun. 2020.

SILVA, Augusto da. Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador. Relações entre os poderes público e privado em Rio Grande de São Pedro. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.